

OF GP Nº /2026

Cuiabá, de janeiro de 2026.

À Sua Excelência,

Vereadora PAULA PINTO CALIL

Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá

NESTA

Senhora Presidente,

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência e aos Dignos Vereadores a Mensagem nº /2026 com as **Razões de Veto Parcial** à Proposta de Lei que “**DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE NO ATENDIMENTO EM SERVIÇOS DE SAÚDE ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”, para a devida análise deste Parlamento municipal.

Na oportunidade apresentamos os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**Abilio Brunini**

**Prefeito de Cuiabá**



MENSAGEM Nº /2026

Excelentíssima Senhora Presidente,

Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Comunico a Vossa Excelência que, no uso da competência que me é conferida pelos art. 29, § 2º, e art. 41, IV, ambos da Lei Orgânica do Município de Cuiabá, **decidi vetar parcialmente** o Projeto de Lei que “**DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE NO ATENDIMENTO EM SERVIÇOS DE SAÚDE ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”, pelas razões de ordem constitucional e de interesse público a seguir expostas.

**Razões do Veto**

Embora se reconheça a relevância do tema em questão, entendemos que o Projeto de Lei, nas partes adiante mencionadas, não reúne condições jurídicas para sanção, de modo que se impõe a ele a oposição de **veto parcial**, especificamente aos **incisos I e III do art. 2º**, pelas razões a seguir expostas.

Os incisos I e III do art. 2º, ao assegurarem, *às crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional no âmbito do SUS*, atendimento prioritário e **sem agendamento prévio** nos casos de **urgência ou necessidade comprovada por relatório da equipe técnica da instituição de acolhimento**, bem como encaminhamento **imediato** deste grupo para atendimentos *especializados*, podem, ao nosso entender **contrariar normas federais que regem o funcionamento do SUS**.

A criação de **prioridade automática, encaminhamento imediato e sem agendamento prévio** para determinado grupo, em casos de **urgência ou necessidade comprovada por relatório da equipe técnica da instituição de acolhimento**, parecem **extrapolar a competência legislativa suplementar do ente municipal**, em afronta ao art. 24, XII, da Constituição Federal, além de comprometer a observância dos princípios que regem o Sistema Único de Saúde.

Os dispositivos vetados mostram-se **incompatíveis com os critérios técnicos de classificação de risco adotados pelo SUS**, notadamente aqueles



utilizados nos serviços de urgência e emergência, como o **Protocolo de Manchester**, que estabelece a **priorização do atendimento com base exclusiva na gravidade clínica e no risco à saúde do paciente**.

A imposição legal de prioridade **desvinculada desses critérios pode resultar em atendimento inadequado e em preterição indevida de pacientes em situação clínica mais grave**, em prejuízo aos princípios da equidade e da segurança do paciente.

Ressalte-se que crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional **já se encontram protegidos pelo ordenamento jurídico federal**, especialmente pelo art. 227 da Constituição Federal e pela **Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente**, que asseguram o direito à proteção integral e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde. Tal prioridade, contudo, **não se confunde com prioridade clínica automática, nem autoriza o afastamento dos protocolos técnicos e dos fluxos regulatórios do SUS.**

A condição de **acolhimento institucional**, por sua natureza socioassistencial, **não pode ser utilizada como critério presuntivo de urgência ou de complexidade clínica**, sob pena de **interferência indevida na autonomia técnica dos profissionais de saúde e de desorganização da Rede de Atenção à Saúde.**

No tocante ao inciso III do art. 2º, a expressão **“encaminhamento imediato”** revela-se imprecisa e desprovida de critérios objetivos, gerando **insegurança jurídica** e potencial conflito com as normas federais de regulação do acesso à atenção especializada, além de estimular a judicialização da saúde.

Diante do exposto, verifica-se que os dispositivos vetados (i) extrapolam a competência legislativa suplementar do ente municipal; (ii) colidem com normas federais e protocolos técnicos do SUS; e (iii) geram insegurança jurídica e risco de desorganização da rede de atendimento.

Por essas razões, **o veto aos incisos I e III do art. 2º impõe-se como medida necessária à preservação da legalidade, da segurança jurídica e da adequada organização dos serviços públicos de saúde**, sem prejuízo da garantia do atendimento integral às crianças e adolescentes, nos estritos termos da legislação federal vigente.





Estas, Senhora Presidente, são as razões que me conduzem a **vetar os incisos I e III do art. 2º do Projeto de Lei em análise**, as quais submeto à elevada apreciação dessa Casa Legislativa.

Atenciosamente,

**Abilio Brunini**

**Prefeito de Cuiabá**

